

### PROCESSO LEGISLATIVO

#### INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
  - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
  - b) este caderno de prova com oitenta questões objetivas e duas questões discursivas;
  - c) um caderno de respostas para as questões discursivas.
2. Verifique se o material está em ordem, se seu **nome, número de inscrição, cargo e especialidade** são os que aparecem na folha de respostas.
3. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
  - a) ler atentamente as instruções na folha de respostas;
  - b) assinar a folha de respostas.
4. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
5. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
6. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante a utilização de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sendo de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
7. Esta prova terá a duração improrrogável de 5 (cinco) horas. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas.
8. O rascunho do caderno não será levado em consideração.
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 60 (sessenta) minutos da prova.
10. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.



## LÍNGUA PORTUGUESA

### Vinte anos da Constituição de 1988

A Constituição de 1988, cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória, nasceu – fato pouco percebido pela sociedade brasileira – de amplo acordo político, o intitulado “compromisso com a nação”. Esse pacto, talvez o mais importante de nossa história republicana, ensejou a eleição da chapa Tancredo Neves/José Sarney, por intermédio do Colégio Eleitoral, e tornou possível, de forma pacífica, a passagem do regime autoritário para o Estado democrático de Direito. Como toda obra humana, é evidente, uma constituição tem virtudes e imperfeições. As virtudes decorrem do contexto histórico em que são discutidas e votadas. No período 1987/1988, aspirava-se, antes de tudo, à restauração plena das liberdades e garantias individuais e à edificação de uma democracia sem adjetivos.

As imperfeições derivam, observo como constituinte, do afã de tudo regular, consequência talvez da crença na onipotência do Estado. Daí a inserção de matérias inassimiláveis em qualquer Constituição, algumas já corrigidas, como a fixação dos juros bancários.

Outro aspecto que configura alguns desafios ainda não resolvidos na atual Constituição é a existência de muitos dispositivos a reclamar leis que lhes dêem eficácia plena. A propósito, convém recordar que, promulgado o diploma constitucional, o Ministério da Justiça realizou levantamento de que resultou a publicação do livro “Leis a Elaborar”. Nele, à época, foram relacionados, frise-se, 269 preceitos a exigir regulamentação.

Feitas as ressalvas, não é exagero afirmar que a Constituição de 1988, batizada “Constituição Cidadã” pelo presidente Ulysses Guimarães, ofereceu ao povo brasileiro a mais ampla Carta dos direitos individuais e coletivos e o mais completo conjunto de direitos sociais que o país conheceu.

Os capítulos dos direitos políticos e dos partidos políticos, por sua vez, constituem inovação a merecer encômios, pois só de maneira indireta os textos constitucionais anteriores tratavam da matéria. O título IV, relativo à organização dos poderes, é denso e o mais completo no que diz respeito ao Poder Legislativo, cujas competências foram substancialmente ampliadas. Ressalve-se, contudo, o alusivo às medidas provisórias, que ampliam a nossa insegurança jurídica por não observarem frequentemente os pressupostos de relevância e urgência.

Com relação ao Poder Judiciário e à especificação das ações essenciais da Justiça, a nossa Constituição também é inovadora, ao discriminar as funções do Ministério Público, da advocacia da União e da Defensoria Pública e privada. O mais criativo foi, sem dúvida, o estabelecimento dos juizados especiais, cíveis e penais, que aproximaram a Justiça da população e tornaram mais ágeis as decisões de interesse de maior parcela de brasileiros em questão relevante, como a defesa de seus direitos. A discriminação de rendas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios caracteriza, com propriedade, o que se convencionou chamar de “federalismo compartilhado” ou “federalismo solidário”, cuja prática, todavia, exige leis complementares previstas no parágrafo único do artigo 23 da Constituição.

Já as finanças públicas se beneficiaram de reconhecidos avanços, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a proibição de práticas antigas, como a vinculação de receita de impostos, a abertura de créditos suplementares ou especiais

sem prévia autorização e a instituição de fundos sem o mesmo requisito.

A ordem econômica consagrou princípios vitais: a função social da propriedade, as garantias de livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente e o tratamento fiscal simplificado para micro, pequenas e médias empresas. A tutela dos direitos sociais, anote-se, está devidamente resguardada, inclusive pelo princípio de proteção das minorias, como crianças e adolescentes, idosos e índios, e o estabelecimento da igualdade étnica. A ampla cobertura da Previdência Social é, indubitavelmente, um dos maiores programas de proteção social e distribuição de renda de todo o mundo. Cumpre, agora, completar a obra iniciada, que pressupõe a realização das reformas políticas. Sem elas não se assegura solidez às instituições brasileiras indispensáveis ao pleno travejamento da democracia.

(Marco Maciel. *Folha de São Paulo*, 5 de outubro de 2008.)

### 1

Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O texto faz um balanço dos vinte anos da Constituição de 1988 apontando não só seus aspectos positivos, mas também suas imperfeições.
- II. Para se alcançar efetivamente a democracia, só falta elaborar as leis relativas aos 269 preceitos a regulamentar.
- III. O “federalismo compartilhado”, sem as leis complementares previstas, pode ficar só na teoria.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

### 2

Com base nas idéias do texto, ao fixar na Constituição os juros bancários, os constituintes:

- (A) previram sua futura correção.
- (B) geraram uma norma que, embora de cunho liberal, não foi aceita pelos bancos.
- (C) imiscuíram-se numa seara incompatível com a ordem econômica.
- (D) pensavam em dar ao Estado o controle da política dos bancos.
- (E) retrataram a insatisfação do povo num momento de alta de inflação.

### 3

Assinale a alternativa em que a expressão destacada, como “comentário” dentro do discurso, metadiscurso, **não** tenha objetivo textual de salientar ou enfatizar.

- (A) “A ampla cobertura da Previdência Social é, indubitavelmente, um dos maiores programas de proteção social e distribuição de renda de todo o mundo.” (L.70-73)
- (B) “Como toda obra humana, é evidente, uma constituição tem virtudes e imperfeições.” (L.9-10)
- (C) “Nele, à época, foram relacionados, frise-se, 269 preceitos a exigir regulamentação.” (L.25-27)
- (D) “As imperfeições derivam, observe como constituinte, do afã de tudo regular, consequência talvez da crença na onipotência do Estado.” (L.15-17)
- (E) “A tutela dos direitos sociais, anote-se, está devidamente resguardada, inclusive pelo princípio de proteção das minorias, como crianças e adolescentes, idosos e índios, e o estabelecimento da igualdade étnica.” (L.67-70)

**4**

Assinale a alternativa em que o termo indicado exerça, no texto, a mesma função sintática que recordar (L.23).

- (A) princípios vitais (L.63)
- (B) a realização das reformas políticas (L.74)
- (C) levantamento (L.24)
- (D) a publicação do livro “Leis a Elaborar” (L.25)
- (E) a mais ampla Carta dos direitos individuais e coletivos (L.30-31)

**5**

O vocábulo travejamento (L.76) se insere no campo semântico da:

- (A) astronomia.
- (B) engenharia.
- (C) medicina.
- (D) farmácia.
- (E) política.

**6**

“Esse pacto, talvez o mais importante de nossa história republicana, ensinou a eleição da chapa Tancredo Neves/José Sarney, por intermédio do Colégio Eleitoral, e tornou possível, de forma pacífica, a passagem do regime autoritário para o Estado democrático de Direito.” (L.4-9)

Com base no *Manual de Redação da Presidência da República* e de acordo com as normas da boa discursividade, o termo em destaque **não** poderia ser substituído por:

- (A) por meio do.
- (B) através do.
- (C) pelo.
- (D) mediante o
- (E) pelo intermédio de.

**7**

“A Constituição de 1988, cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória, nasceu – fato pouco percebido pela sociedade brasileira – de amplo acordo político, o intitulado ‘compromisso com a nação’.” (L.1-4)

Assinale a alternativa em que a alteração da ordem e da pontuação do período **não** tenha provocado alteração de sentido.

- (A) De amplo acordo político – o intitulado “compromisso com a nação” – nasceu a Constituição de 1988, cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória, fato pouco percebido pela sociedade brasileira.
- (B) A Constituição de 1988, cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória, fato pouco percebido pela sociedade brasileira, nasceu de amplo acordo político, o intitulado “compromisso com a nação”.
- (C) O intitulado “compromisso com a nação” nasceu de amplo acordo político – fato pouco percebido pela sociedade brasileira – a Constituição de 1988 – cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória.
- (D) De amplo acordo político – fato pouco percebido pela sociedade brasileira –, o intitulado “compromisso com a nação”, nasceu a Constituição de 1988, cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória.
- (E) Nasceu – fato pouco percebido pela sociedade brasileira – de amplo acordo político – o intitulado “compromisso com a nação” – a Constituição de 1988, cujos 20 anos de promulgação estamos fazendo memória.

**8**

“As imperfeições derivam, observo como constituinte, do afã de tudo regular, conseqüência talvez da crença na onipotência do Estado.” (L.15-17)

Na frase acima, o trecho grifado poderia ser substituído, sem provocar grave alteração de sentido, por:

- (A) da afobação de tudo regular.
- (B) do trabalho penoso de tudo regular.
- (C) da faina de tudo regular.
- (D) da diligência de tudo regular.
- (E) da lida de tudo regular.

**9**

Assinale a alternativa que desempenhe, no texto, função sintática idêntica à de possível (L.7).

- (A) ágeis (L.49)
- (B) inassimiláveis (L.18)
- (C) vitais (L.63)
- (D) ampla (L.31)
- (E) importante (L.5)

**10**

“A ordem econômica consagrou princípios vitais: a função social da propriedade, as garantias de livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente e o tratamento fiscal simplificado para micro, pequenas e médias empresas.” (L.63-66)

Há, no trecho acima:

- (A) três complementos nominais.
- (B) dois complementos nominais.
- (C) cinco complementos nominais.
- (D) quatro complementos nominais.
- (E) seis complementos nominais.

**11**

“Outro aspecto que configura alguns desafios ainda não resolvidos na atual Constituição é a existência de muitos dispositivos a reclamar leis que lhes dêem eficácia plena. A propósito, convém recordar que, promulgado o diploma constitucional, o Ministério da Justiça realizou levantamento de que resultou a publicação do livro ‘Leis a Elaborar’.” (L.20-25)

Em relação às ocorrências da palavra QUE no trecho acima, é correto afirmar que há:

- (A) duas conjunções subordinativas, um pronome relativo e uma conjunção integrante.
- (B) três conjunções subordinativas e um pronome relativo.
- (C) três conjunções integrantes e uma conjunção subordinativa.
- (D) dois pronomes relativos e duas conjunções integrantes.
- (E) três pronomes relativos e uma conjunção integrante.

## 12

“A tutela dos direitos sociais (...) está devidamente resguardada (...) pelo princípio de proteção das minorias, (...) e o estabelecimento da igualdade étnica.” (L.67-70)

Assinale a alternativa em que haja período na voz ativa, com adequação gramatical à norma culta, correspondente semanticamente ao trecho do texto alterado acima.

- (A) O princípio de proteção das minorias e do estabelecimento da igualdade étnica resguardam devidamente a tutela dos direitos sociais.
- (B) O princípio de proteção das minorias e o estabelecimento da igualdade étnica resguardam devidamente a tutela dos direitos sociais.
- (C) O princípio de proteção das minorias e de estabelecimento da igualdade étnica resguarda devidamente a tutela dos direitos sociais.
- (D) O princípio de proteção das minorias e o de estabelecimento da igualdade étnica resguardam devidamente a tutela dos direitos sociais.
- (E) O princípio de proteção das minorias e o estabelecimento da igualdade étnica resguarda devidamente a tutela dos direitos sociais.

## 13

“...aspirava-se, antes de tudo, à restauração plena das liberdades e garantias individuais e à edificação de uma democracia sem adjetivos.” (L.12-14)

Assinale a alternativa em que a substituição da forma verbal no trecho acima **não** tenha provocado inadequação à norma culta. Despreze as alterações de sentido.

- (A) ...implicava-se, antes de tudo, na restauração plena das liberdades e garantias individuais e na edificação de uma democracia sem adjetivos.
- (B) ...visava-se, antes de tudo, à restauração plena das liberdades e garantias individuais e à edificação de uma democracia sem adjetivos.
- (C) ...almejava-se, antes de tudo, a restauração plena das liberdades e garantias individuais e à edificação de uma democracia sem adjetivos.
- (D) ...procedia-se, antes de tudo, a restauração plena das liberdades e garantias individuais e a edificação de uma democracia sem adjetivos.
- (E) ...buscava-se, antes de tudo, à restauração plena das liberdades e garantias individuais e à edificação de uma democracia sem adjetivos.

## 14

Assinale a alternativa em que o termo indicado **não** tenha valor adjetivo.

- (A) ampliadas (L.39)
- (B) muitos (L.21)
- (C) alguns (L.20)
- (D) Esse (L.4)
- (E) atual (L.21)

## 15

Observe a expressão democracia sem adjetivos (L.14). Entendendo a palavra adjetivos como “predicado” (em sua acepção semântica), é correto afirmar que a expressão sem adjetivos poderia ser substituída por:

- (A) primária.
- (B) predicativa.
- (C) substantiva.
- (D) tautológica.
- (E) estóica.

**As questões 16 a 20 referem-se ao *Manual de Redação da Presidência da República* e ao *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*.**

## 16

A respeito da formalidade, com base no *Manual de Redação da Presidência da República*, analise os itens a seguir:

- I. As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento. Não se trata somente da eterna dúvida quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível; mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.
- II. A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a administração federal é una, é natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão. O estabelecimento desse padrão exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da apresentação dos textos.
- III. A clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação do texto são indispensáveis para a padronização. O *Manual de Redação da Presidência da República* traz normas específicas para cada tipo de expediente.

Assinale:

- (A) se nenhum item estiver correto.
- (B) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

## 17

Em relação ao endereçamento no envelope, conforme orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, assinale a forma correta.

- (A) À Sua Excelência o Senhor  
Senador Fulano de Tal  
Senado Federal
- (B) A Vossa Excelência o Senhor  
Senador Fulano de Tal  
Senado Federal
- (C) Ao Senhor  
Senador Fulano de Tal  
Senado Federal
- (D) A Sua Excelência o Senhor  
Senador Fulano de Tal  
Senado Federal
- (E) À Vossa Excelência o Senhor  
Senador Fulano de Tal  
Senado Federal

18

Com base no *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Tanto do aviso quanto do ofício devem constar do cabeçalho e do rodapé do ofício as seguintes informações do remetente: nome do órgão ou setor, endereço postal e telefone e endereço de correio eletrônico.
- II. Seguindo o padrão ofício, não deve haver abuso no uso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a elegância e a sobriedade do documento.
- III. Para facilitar a localização, os nomes dos arquivos devem ser formados da seguinte maneira: tipo do documento + número do documento + palavras-chave do conteúdo.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

19

Com base no *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na elaboração de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei, decreto legislativo e resolução, bem como de emenda a essas proposições, os consultores deverão observar as disposições da Lei Complementar 95/98.
- II. A fim de se obter precisão, é necessária a manifestação do pensamento ou da idéia com as mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico.
- III. No ordenamento jurídico brasileiro, existem dois diplomas legais que tratam especificamente da redação de leis e atos normativos: a Lei Complementar 95/98 e o Decreto 2.954/99. Ao contrário da lei, que a todos obriga, o referido decreto só vincula os órgãos do Executivo. Contudo, recomenda-se que ele também seja observado quando da redação de minutas de proposições legislativas, pois traz regras valiosas sobre o assunto.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

20

Com base nos bons exemplos de redação do *Manual de Redação da Presidência da República* e do *Manual de Elaboração de Textos do Senado Federal*, assinale a alternativa em que **não** haja inadequação.

- (A) Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II da Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de 5 anos do exercício do cargo.
- (B) Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II da Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de 5 (cinco) anos do exercício do cargo.
- (C) Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II, da Constituição a promoção poderá contemplar juiz com menos de cinco anos do exercício do cargo.
- (D) Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II, Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de 5 (cinco) anos do exercício do cargo.
- (E) Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II, da Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de cinco anos do exercício do cargo.

## CONHECIMENTOS GERAIS

21

Cada um dos cartões abaixo tem de um lado um número e do outro lado uma figura geométrica.



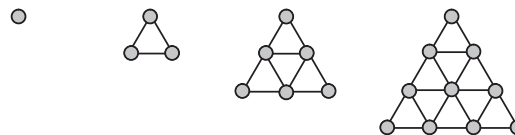
Alguém afirmou que todos os cartões que têm um triângulo em uma face têm um número primo na outra.

Para afirmar se tal afirmação é verdadeira:

- (A) é necessário virar todos os cartões.
- (B) é suficiente virar os dois primeiros cartões.
- (C) é suficiente virar os dois últimos cartões.
- (D) é suficiente virar os dois cartões do meio.
- (E) é suficiente virar o primeiro e o último cartão.

22

Você vê abaixo os números triangulares: 1, 3, 6, ...



O 60º número triangular é:

- (A) 1830.
- (B) 1885.
- (C) 1891.
- (D) 1953.
- (E) 2016.

23

Uma lesma está no fundo de um poço com 12m de profundidade. Durante o dia ela sobe 5m e, à noite, escorrega 3m. O número de dias necessários para ela sair do poço é:

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 10.

## 24

Os números naturais são colocados em um quadro, organizados como se mostra abaixo:

A	B	C	D	E	F	G	H	I
1		2		3		4		5
10	9	11	8	12	7	13	6	14
	18		17		16		15	
19		20		21		...		...

O número 2008 está na coluna:

- (A) F. (B) B.  
(C) C. (D) I.  
(E) A.

## 25

Em uma reunião todas as pessoas se cumprimentaram, havendo ao todo 120 apertos de mão. O número de pessoas presentes nessa reunião foi:

- (A) 14. (B) 15.  
(C) 16. (D) 18.  
(E) 20.

## 26

“A economia brasileira está entrando em uma fase na qual o investimento direto no exterior (IDE) será, possivelmente, um dos motores do dinamismo de seu desenvolvimento. [...] Internacionalizar operações significa, para uma empresa, participar ativamente, como *global player*, de uma complexa trama de relações com fornecedores, clientes e competidores internacionais.”

(Coutinho, Luciano et alii. *O investimento direto no exterior como alavanca dinamizadora da economia brasileira*, 2008.)

A internacionalização das empresas de um país é, em geral, resultado de um processo de amadurecimento de determinadas condições de desenvolvimento de seu sistema empresarial. Entre elas estão:

- I. as condições de competitividade produtiva, comercial e tecnológica dos setores/cadeias em que se originaram as empresas candidatas à internacionalização;
- II. a consolidação ou a concentração econômica alcançadas pelos setores/cadeias, que refletem a obtenção e fruição de economias de escalas empresariais;
- III. as condições de rentabilidade operacional e de financiamento que podem ser capturadas pelas empresas líderes a partir de determinantes macroeconômicos;
- IV. as condições de amadurecimento institucional, como as práticas de governança e gestão e a qualidade das estratégias empresariais.

Análise os itens acima e assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.  
(B) se somente os itens III e IV estiverem corretos.  
(C) se somente os itens II, III e IV estiverem corretos.  
(D) se somente os itens I, II e IV estiverem corretos.  
(E) se todos os itens estiverem corretos.

## 27

Os filmes ou documentários a seguir relacionam-se corretamente com os textos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) “Notícias de uma guerra particular”, de João Moreira Salles, 1999 – *A gente é injusto com o documentário, à medida que ele tem uma relação muito forte com a história e a realidade brasileira.* (Silvio Tendler)
- (B) “Canudos”, de Sérgio Rezende, 1997 – *Quando o cineasta se dispõe a chafurdar no lixo da história, ele presta um serviço inestimável para o país, Uma porcentagem grande de quem viu “Canudos” nunca tinha ouvido falar daquele episódio.* (Paulo José)
- (C) “Macunaíma”, de Pedro de Andrade, 1969 – *Quando fui contracenar com o [Grande] Otelo em “Macunaíma” tinha um sentimento de veneração por ele. Tinha uma cena em que eu tinha que ficar com ele no colo, batendo na cabeça dele e dizendo: “Cresce, cresce, meu filho, pra ir pra São Paulo ganhar muito dinheiro.”* (Paulo José)
- (D) “Deus e o Diabo na terra do sol”, de Glauber Rocha, 1964 – *É a maior experiência cinematográfica do Brasil. [...] O que as pessoas não levam em consideração é o fato de um menino de 22 anos fazer um filme que está na história do cinema mundial.* (Othon Bastos)
- (E) “Vidas secas”, de Nelson Pereira dos Santos, 1963 – *“A transposição do vídeo para a película resulta feia? Não, é bonito, interessante e viável. Me incomoda um pouco no cinema sensação de muito dinheiro gasto num país sem recurso.”* (Matheus Nachtergaele)

## 28

Um dos principais itens da plataforma eleitoral de Fernando Lugo, ex-bispo católico eleito presidente da República do Paraguai em abril de 2008, foi a revisão do Tratado de Itaipu, celebrado com o Brasil em 26 de abril de 1973.

Entre outras cláusulas, o tratado prevê que:

- (A) o Paraguai não receberá a compensação financeira dos *royalties*, pois seu território não foi atingido pela construção da barragem.
- (B) a venda da energia produzida a partir do aproveitamento hidrelétrico referido no tratado deve ser feita a preço de custo para países não signatários.
- (C) os signatários devem adquirir, conjunta ou separadamente, o total da energia produzida a partir do aproveitamento hidrelétrico referido no tratado.
- (D) os limites territoriais estabelecidos entre os dois países podem ser revistos em função da implantação de instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares.
- (E) os países signatários têm o direito de vender a energia por eles não utilizada para terceiros países.



## 29

Em abril de 1967, na mostra de artes visuais *Nova Objetividade Brasileira*, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o carioca Hélio Oiticica apresentou uma obra-ambiência batizada "Tropicália" que, pouco tempo depois, emprestaria o nome ao movimento que transformou o ambiente cultural do país no período. Os trechos abaixo foram extraídos de canções que compõem a discografia associada ao Tropicalismo, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O rei da brincadeira - ê, José / O rei da confusão - ê, João / Um trabalhava na feira - ê, José / Outro na construção - ê, João.
- (B) Atenção / Tudo é perigoso / Tudo é divino, maravilhoso / Atenção para o refrão: / É preciso estar atento e forte / Não temos tempo de temer a morte.
- (C) Eu quis cantar / Minha canção iluminada de sol / Soltei os panos, sobre os mastros no ar / Soltei os tigres e os leões, nos quintais / Mas as pessoas na sala de jantar / São ocupadas em nascer e morrer.
- (D) Tem dias que a gente se sente / Como quem partiu ou morreu / A gente estancou de repente / Ou foi o mundo então que cresceu... / A gente quer ter voz ativa / No nosso destino mandar / Mas eis que chega a roda viva / E carrega o destino pra lá.
- (E) Sobre a cabeça os aviões / Sob os meus pés os caminhões / Aponta contra os chapadões / Meu nariz / Eu organizo o movimento / Eu oriento o carnaval / Eu inauguro o monumento no planalto central / Do país / Viva a bossa-sa-sa / Viva a palhoça-ça-ça-ça-ça / Viva a bossa-sa-sa / Viva a palhoça-ça-ça-ça-ça.

## 30

Nascido em Passo Fundo em 1980, até os 15 anos sua única escola musical era a música folclórica do Sul do Brasil, Argentina e Uruguai.

Suas interpretações performáticas conseguem remodelar cada música apresentada e revelam uma profunda intimidade com seu instrumento.

Um violonista e compositor que não se enquadra em nenhuma corrente musical, ele é uma mistura de todos os estilos e cria interpretações de rara personalidade no seu violão de sete cordas.

Os textos se referem a:

- (A) Antônio Nóbrega.
- (B) Antônio Meneses.
- (C) Sérgio Assad.
- (D) Turíbio dos Santos.
- (E) Yamandú Costa.

## LÍNGUA INGLESA

Read text I and answer questions 31 to 36.

## TEXT I

## Judicial reasoning

Judicial reasoning refers both to the process of thought by which a judge reaches a conclusion as to the appropriate result in a case, and to the written explanation of that process in a published judgment. The latter is the principal mechanism of judicial accountability: an explanation of the reasons for decision is owed not only to the unsuccessful litigant, but to everyone with an interest in the judicial process, including other institutions of government and ultimately the public. No other public decision makers are under such a heavy obligation to explain the reasons for their decisions. Yet the specialised nature of legal discourse means that the function of public justification is often imperfectly realised: the explanations are designed to be understood primarily by other judges and by the legal profession in general.

While the published reasons for decision lend themselves to objective analysis, the underlying processes of thought involved in exploring and resolving a legal problem are so complex and variable that neither judges nor writers on jurisprudence have been able to reduce them to an adequate explanatory or prescriptive model. Ideally, the written reasons for judgment not only provide an accurate mirror of the underlying reasoning process, but may actually help to shape it: the task of reducing one's thinking to writing is itself an aid to thinking, and sometimes a decisive aid.

(<http://www.win-more-cases.com/judicial-reasoning.htm>)

## 31

According to the text, the processes of judicial reasoning cannot be

- (A) systematized. (B) contested.
- (C) annotated. (D) realized.
- (E) advocated.

## 32

In relation to judicial reasoning processes, the written version may in fact

- (A) simplify them. (B) reverse them.
- (C) retard them. (D) reflect them.
- (E) hinder them.

## 33

The verb in "reaches a conclusion" (line 2) can be replaced by:

- (A) jumps to. (B) abides by.
- (C) arrives at. (D) hands down.
- (E) dallies with.

## 34

In "as to the appropriate result" (lines 2-3) *appropriate* means

- (A) astounding. (B) casual.
- (C) riotous. (D) bewildering.
- (E) suitable.

## 35

The underlined word in "The latter is the principal mechanism" (line 4) refers to

- (A) conclusion. (B) explanation.
- (C) process. (D) result.
- (E) judgment.

**36**

When the text states that “the published reasons for decision lend themselves to objective analysis” (lines 15-16) this means they

- (A) allow it. (B) elude it.  
(C) carry it out. (D) exhibit it.  
(E) defy it.

**Read text II and answer questions 37 to 40.**

**TEXT II**

How does a lawyer snatch defeat from the jaws of victory? The answer may surprise some lawyers, according to research company Research One.

In 7 years of providing specialist legal research, writing, and analysis services to lawyers worldwide, multi-award winning research company Research One has compiled the best information there is on why some lawyers lose “unlosable” cases, cases where everything points to a good outcome — law, history, policy, and basic fairness — yet the court *still* decides the other way. CEO, Troy Simpson, says the commonest mistake lawyers make is to raise every argument imaginable. “The fear of losing a case compels lawyers to raise every argument conceivable. It may seem counter-intuitive, and might contradict what you’re taught in law school, but raising a mishmash of legal theories in fact creates an even bigger risk for a lawyer. Unless you find the real point of the case and toss out the arguments that have no legs, then you risk diverting the court’s attention and you dilute the strength of your ‘real’ argument”, Simpson says.

Forgetting to look outside your area of expertise is also high on the list of ways to lose the unlosable case. “No lawyer can master every area of law, so lawyers compartmentalize the law and focus on 1 or 2 areas of expertise. But the law can’t be so neatly contained, which means you may miss a winning argument if it’s outside your experience”, Simpson says...

Several deeper problems affect lawyers’ success rates, according to Research One. The first problem is lawyers’ shortage of time: “You may have no time to think through your argument properly, but deadlines push you on. So you paper over the gaps in logic and end-up presenting nonsense”. Second, too many lawyers work in noisy and busy environments, poorly suited to the work of lawyers: “It’s hard to think in the hustle and bustle of big cities. The work of a good thinker is quiet and unhurried.” The third problem is a lack of objectivity: “When you’re anxious for a particular result, you may sometimes not look as objectively at a legal problem or legal argument as you should”, Simpson says.

To confront these and other problems, lawyers around the common law world are finding their way to a new resource that aims to reduce the risk of making potentially costly and embarrassing mistakes. The resource is *Win More Cases: The Lawyer’s Toolkit*, a groundbreaking 200-page step-by-step guide on solving legal problems persuasively in writing.

([http://www.research-one.com.au/Portals/0/PressRelease\\_HardCopy\\_7.pdf](http://www.research-one.com.au/Portals/0/PressRelease_HardCopy_7.pdf))

**37**

The research company mentioned says that three main problems affect lawyers’ success, one of which is

- (A) lofty offices. (B) unfit conditions.  
(C) unlucky circumstances. (D) unsafe surroundings.  
(E) embarrassing spots.

**38**

The expression “snatch defeat from the jaws of victory” (line1) indicates the case is ultimately

- (A) arguable. (B) hopeless.  
(C) unaltered. (D) disputed.  
(E) pending.

**39**

In “yet the court still decide the other way” (lines 9 and 10) yet can be replaced by

- (A) moreover. (B) hitherto.  
(C) until. (D) however.  
(E) henceforth.

**40**

When the text informs that the court may decide “the other way” (line10), this means the decision may be

- (A) fair. (B) favorable.  
(C) unchanged. (D) unexpected.  
(E) unbiased.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****41**

Relativamente à arguição de descumprimento de preceito fundamental, analise as afirmativas a seguir:

- I. Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.
- II. Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental para reparar lesão a preceito fundamental resultante de lei ou ato normativo anterior à promulgação da Constituição.
- III. A supremacia da Constituição admite a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando em substituição a qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- IV. É possível a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.  
(C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.  
(D) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.  
(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**42**

O deslocamento de cargo efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, constitui:

- (A) redistribuição.  
(B) reintegração.  
(C) remoção.  
(D) recondução.  
(E) aproveitamento.



## 43

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros, sendo um Ministro do Supremo Tribunal Federal, um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, dois desembargadores de Tribunal de Justiça, um juiz estadual, dois desembargadores de Tribunal Regional Federal, um juiz federal, um membro do Ministério Público da União, um membro do Ministério Público estadual, dois advogados e três cidadãos.
- (B) Os membros do Conselho Nacional de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) Junto ao Conselho Nacional de Justiça funcionarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor.
- (E) Compete ao Conselho elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

## 44

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Extinguem-se as comissões temporárias pela conclusão de sua tarefa, pelo advento do respectivo termo final ou ao término da sessão legislativa ordinária.
- (B) As comissões internas são as previstas no Regimento para finalidades específicas, ao passo que as comissões externas se destinam a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos.
- (C) Cada Senador só pode integrar, no máximo, três comissões como titular e três como suplente; o membro da Comissão Diretora, contudo, não pode integrar outra comissão permanente.
- (D) A criação de comissões externas decorre de deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão, ou de proposta do Presidente.
- (E) Todas as comissões permanentes podem, no âmbito de suas competências, criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro, desde que por proposta de qualquer de seus integrantes.

## 45

No que concerne à Procuradoria Parlamentar, é correto afirmar que:

- (A) se compõe de cinco Senadores, designados pelo Presidente do Senado, para mandato de dois anos, admitida uma renovação.
- (B) constitui atribuição de sua competência a de defesa do Senado quando atingido por ato de improbidade administrativa.
- (C) a proteção a que se destina recai exclusivamente sobre os Senadores, e não sobre os órgãos do Senado.
- (D) não tem poderes para promover medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis visando a obter reparação no caso de atos de terceiros que provoquem danos morais.
- (E) a designação de seus membros ocorre no primeiro dia útil após a instalação dos trabalhos da sessão legislativa.

## 46

Relativamente ao Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* em que for paciente um Ministro de Estado.
- II. Ao julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, mas ao mesmo tempo restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- III. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- IV. O Supremo Tribunal Federal é composto por 11 ministros, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, bastando possuir notável saber jurídico e reputação ilibada.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

## 47

Analise as afirmativas a seguir:

- I. As leis são estruturadas em quatro partes: a preliminar, a normativa, a complementar e a final.
- II. A nova lei deve enumerar, de forma clara e expressa, as leis ou disposições legais revogadas.
- III. A lei não deverá conter matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

## 48

Em relação à Mesa do Senado, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao Primeiro-Secretário lavrar as atas das sessões secretas, proceder-lhes a leitura e assiná-las depois do 2º Vice-Presidente.
- (B) o Presidente tem apenas voto de desempate nas votações ostensivas, mas, em escrutínio secreto, pode votar como qualquer Senador.
- (C) os seus membros serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para os períodos subsequentes.
- (D) a eleição de seus membros será feita em votação ostensiva, exigida maioria de votos e presente a maioria da composição do Senado.
- (E) assume a Presidência, não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, inclusive os Suplentes, o Senador que tiver obtido a segunda posição na eleição anterior.

**49**

Relativamente ao Poder Judiciário, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- (B) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (D) Funcionário junto ao Superior Tribunal de Justiça Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira e o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.
- (E) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, e ainda, por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

**50**

Em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar que:

- (A) o impedimento, mediante violência ou ameaça, do seu regular funcionamento não constitui ilícito penal, mas configura ilícito administrativo.
- (B) são dispensadas de apresentar relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, desde que concluam pela elaboração de projeto de resolução.
- (C) se lhes assegura o poder de decretar medidas assecuratórias de busca e apreensão domiciliar e de indisponibilidade de bens, atuando como órgão dotado de função jurisdicional.
- (D) são dotadas de competência para decretar a prisão provisória de indivíduos que tenham cometido ato de improbidade administrativa.
- (E) têm competência para quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico, desde seja fundamentada a decisão e comprovada a necessidade objetiva dessa providência.

**51**

Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir:

- I. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- II. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- III. São imprescritíveis os crimes de racismo, ação de grupos armados contra o Estado, tortura e terrorismo.
- IV. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime hediondo praticado após a naturalização.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**52**

No processo de representação contra Senador por fato sujeito à perda do mandato, com tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal:

- (A) é assegurado ao Senador, depois de instaurado o processo disciplinar, o direito ao oferecimento de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias contado da data da instauração.
- (B) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, decidindo pela improcedência da representação, determinará o arquivamento, concedendo ao Senador, previamente, o direito a manifestar-se sobre a decisão.
- (C) contra a decisão do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que, após o exame preliminar de admissão da representação contra Senador, determina o seu arquivamento, cabe recurso para o Plenário do Conselho, subscrito por, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros.
- (D) é juridicamente inviável o afastamento cautelar do Senador após a instauração do processo disciplinar, aplicando-se aqui o princípio da presunção de inocência.
- (E) não pode haver conversão da representação em denúncia no caso de somente haver indícios da prática de fatos sujeitos às sanções de advertência e censura, devendo o Conselho arquivar a primeira e instaurar novo processo com os elementos da segunda.

**53**

**Não** constitui princípio básico do processo legislativo:

- (A) a nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental.
- (B) a preservação dos direitos das minorias.
- (C) a impossibilidade de tomada de decisões sem a observância do *quorum* regimental estabelecido.
- (D) a análise valorativa do conteúdo das leis e do procedimento de sua elaboração.
- (E) a publicidade das decisões tomadas, com exceção dos casos específicos previstos no Regimento.

**54**

Análise as afirmativas a seguir:

- I. A nomeação se faz em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira.
- II. Sob pena de demissão, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de sua posse.
- III. A reversão do servidor pode decorrer da cessação dos motivos da aposentadoria por invalidez ou do interesse da administração, mediante determinadas condições fixadas em lei.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**55**

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Entre as matérias incluídas na Ordem do Dia, tem precedência o exame de medidas provisórias, a partir do 46º (quadragésimo sexto) dia de sua vigência.
- (B) A posse de Senador e o exame de matéria que envolva perigo para a segurança nacional provocam a alteração da sequência dos trabalhos da Ordem do Dia.
- (C) Na sessão pública, somente poderá ser lido documento de caráter sigiloso com autorização do Presidente do Senado, devidamente registrada em ata.
- (D) Devem constar da Ordem do Dia as matérias não apreciadas da pauta da sessão deliberativa ordinária anterior, com precedência sobre outras dos grupos a que pertençam.
- (E) Na Ordem do Dia, as matérias de votação em curso têm precedência sobre as de votação não iniciada, e as de votação sobre as de discussão em curso.

**56**

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A forma configura-se como elemento vinculado dos atos administrativos, mas, apesar disso, eventual vício nesse elemento admite convalidação mediante certas condições.
- (B) Objeto do ato administrativo representa o conteúdo deste, ou seja, a alteração que a vontade pretende concretizar no mundo jurídico.
- (C) A anulação do ato administrativo produz, como regra, efeito *ex tunc*; anulado o ato, as partes retornam ao estado anterior, respeitando-se, todavia, o direito de terceiros.
- (D) Se o ato administrativo se qualifica como discricionário, não pode o motivo, assim considerado como as razões que mobilizam a vontade do administrador, ser sindicado no Poder Judiciário no que diz respeito a seus elementos fáticos.
- (E) O vício de competência pode ser sanado em algumas hipóteses, convalidando-se, em consequência, o ato administrativo contaminado do referido vício.

**57**

No que se refere aos contratos administrativos, é certo afirmar que:

- (A) somente é admitida a alteração do contrato pela Administração quando se tratar de ampliação do objeto, que deve estar expressamente prevista no instrumento contratual.
- (B) todos se formalizam por escrito, sendo obrigatório o instrumento de contrato nos casos de concorrência e de tomada de preços.
- (C) a necessidade de revisão contratual para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato reclama a propositura de ação específica do contratado com o pedido de adequação do preço.
- (D) o contrato de serviços técnicos especializados dispensa a realização de prévia licitação em virtude da especificidade do objeto.
- (E) a rescisão do contrato, no caso de inadimplência do contratado, confere à Administração, entre outros, o direito de ocupar imediatamente o local e utilizar instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade.

**58**

Análise as afirmativas abaixo:

- I. As sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, mas as empresas públicas poderão ter personalidade de direito público se forem públicos os entes participantes de seu capital social.
- II. As agências reguladoras são qualificadas como autarquias de regime especial em virtude de sua criação por lei específica e têm a função, entre outras, de celebrar contratos de concessão com particulares prestadores de serviço público por delegação.
- III. Tendo em vista a necessidade do controle finalístico da instituição, as fundações governamentais de direito público submetem-se ao velamento por parte do Ministério Público, como o exige o Código Civil.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (B) se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (C) se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (D) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

**59**

Assinale a alternativa correta.

- (A) A Corregedoria do Senado é constituída de um Corregedor e dois Corregedores Substitutos.
- (B) Só pode ser aberta sindicância sobre denúncias de ilícitos envolvendo Senadores se houver autorização do Presidente da Mesa.
- (C) No caso de delito cometido por Senador nas dependências do Senado, somente o Corregedor pode presidir o respectivo inquérito.
- (D) Uma das atribuições da Corregedoria do Senado Federal consiste em supervisionar a proibição de porte de arma.
- (E) É vedado ao Corregedor baixar providimentos para prevenir perturbações da ordem, ainda que receba orientação da Mesa.

**60**Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Se o servidor ocupa cargo com o atributo da vitaliciedade, não está sujeito à aposentadoria compulsória, já que esta implica a vacância do cargo.
- (B) A vedação à acumulação remunerada de cargos e funções públicas não se estende ao exercício de empregos em entidade da administração indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- (C) A lei estadual que vincula o reajuste de vencimentos dos servidores estaduais a índices federais de correção monetária se afigura inconstitucional.
- (D) A aprovação em concurso público de candidatos para ocupação de cargos públicos não impede que a Administração recrute servidores temporários para exercer idênticas funções, suspendendo a convocação dos aprovados.
- (E) A absolvição do servidor na esfera judicial criminal produz o efeito de anular a punição que, pelo mesmo fato, lhe foi aplicada ao final de processo administrativo, ainda que neste se tenha assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**61**

Consoante os termos do Regimento Interno do Senado Federal, as sessões podem ser:

- (A) deliberativas, não deliberativas e especiais.
- (B) ordinárias, extraordinárias e complementares.
- (C) legais, regulamentares e senatoriais.
- (D) especiais, complementares e suplementares.
- (E) não deliberativas, complementares e legais.

**62**

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, aduzindo relevância e urgência, remeteu ao Congresso Nacional Medida Provisória para reajustar vencimentos de servidores públicos, diante da ameaça de greve, com prejuízos à continuidade da prestação do serviço público. Nos termos da Constituição, existe prazo para o Congresso realizar a votação da Medida Provisória, convertendo-a em lei. Após determinado período ocorre o denominado trancamento da pauta de votações. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir:

- I. Após a publicação, a Medida Provisória deve ser apreciada em até quarenta e cinco dias.
- II. Nenhuma das Casas pode analisar os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.
- III. Não sendo votada em sessenta dias, perderá a eficácia, incabível a prorrogação do prazo.
- IV. Câmara e Senado indicarão membros para compor comissão mista, responsável por examinar e dar parecer sobre Medidas Provisórias.
- V. A votação ocorrerá em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

**63**

Senador da República apresenta projeto de emenda constitucional, aduzindo ser necessário restringir a utilização do *habeas corpus* tendo em vista a necessidade de combater o crime organizado, notadamente aquele do colarinho branco, bem como os grupos armados que, pelo tráfico de drogas, aguçam a violência urbana. À luz das regras constitucionais em vigor, pode-se afirmar que:

- (A) o sistema constitucional proíbe a apresentação da emenda por ferir direitos individuais.
- (B) situações de calamidade pública, aí incluída a social, permitem limitar quaisquer direitos, sendo completamente livre o constituinte derivado.
- (C) desde que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no exercício de suas atribuições regimentais, aprove o projeto, estará sanado qualquer eventual vício de inconstitucionalidade.
- (D) a emenda colide com a perspectiva republicana.
- (E) somente o plenário do Senado poderá aferir a constitucionalidade e oportunidade da medida, que será submetida, necessariamente, a referendo popular.

**64**

No sistema bicameral atuam ambas as Casas Legislativas no processo de formação da lei, cabendo a iniciativa a parlamentares, órgãos legislativos, cidadãos, órgãos do executivo, do Judiciário e do Ministério Público. Assim, sendo a lei de conteúdo estruturador da organização judiciária dos Territórios, tal iniciativa é conferida ao Presidente:

- (A) do Supremo Tribunal Federal.
- (B) da República.
- (C) do Senado Federal.
- (D) da Câmara dos Deputados.
- (E) do Congresso Nacional.

**65**

A Constituição Federal impõe, em caso de infringência do decoro parlamentar, que seja aberto processo para perda de mandato. Nesse caso, com base em disposição constitucional e regimental, analise as afirmativas a seguir:

- I. A sessão será secreta, bem como o voto do parlamentar, sendo o *quorum* para a sanção consistente em maioria absoluta.
- II. Ocorrerá sessão aberta, salvo determinação do Presidente da Casa parlamentar, o voto será aberto e o *quorum* para a cassação, maioria simples.
- III. O *quorum* para a cassação do mandato será de um terço dos presentes, a votação será secreta e a sessão aberta ao público.
- IV. A sessão será aberta ao público, o voto do parlamentar será secreto e o *quorum* para cassação será de maioria absoluta.
- V. O voto será secreto ou aberto dependendo de prévia votação do plenário da Casa Legislativa, com *quorum* de maioria absoluta, em sessão aberta ao público.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I for verdadeira.
- (B) se nenhuma afirmativa for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas I e V forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas III, IV e V forem verdadeiras.
- (E) se apenas a afirmativa III for verdadeira.

**66**

As normas regimentais do Senado Federal, em consonância com as regras inscritas na Constituição Federal, impõem a realização de determinados atos mediante a obediência a *quorum* específico. Diante de tal situação, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Regra geral, as deliberações são tomadas por maioria simples, presentes trinta por cento dos parlamentares da Casa.
- II. O *quorum* mínimo de presença para deliberação é da maioria absoluta dos parlamentares e as votações, salvo casos especiais, por maioria simples.
- III. Em caso de emendas constitucionais o *quorum* de votação deve corresponder a três quintos dos Senadores.
- IV. Lei complementar, lei ordinária e lei delegada devem ter *quorum* de maioria absoluta.
- V. Medida Provisória deve ser votada por maioria simples.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) II, III e V. (B) I, III e IV.  
(C) II, IV e V. (D) I, II e V.  
(E) I, II e III.

**67**

O processo legislativo prevê uma variedade de atos normativos que devem ser elaborados segundo os seus ditames, dentre os quais figura o Decreto Legislativo. Sobre o referido instrumento normativo, avalie as afirmativas abaixo:

- I. A iniciativa é exclusiva do Senado Federal.
- II. O projeto deve ser votado nas duas Casas Parlamentares e apresentado à sanção do Presidente da República.
- III. Cabe ao Presidente do Senado Federal a promulgação e a publicação.
- IV. O *quorum* de votação para aprovar o Decreto Legislativo é de maioria simples.
- V. Inexistem limites de matéria para inclusão no corpo do Decreto Legislativo.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) III e IV. (B) I e IV.  
(C) II e V. (D) II e IV.  
(E) I e III.

**68**

O Senado Federal atua, além do plenário, em inúmeras comissões, algumas permanentes e outras temporárias. A Comissão de Assuntos Econômicos é uma das Comissões Permanentes. Dentre suas atribuições específicas encontra-se:

- (A) opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas pelo Plenário.
- (B) opinar sobre a escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- (C) não poder emendar projetos considerados parcialmente inconstitucionais.
- (D) não opinar, mesmo com despacho da Presidência, sobre emendas de redação.
- (E) opinar sobre requerimentos de voto de censura, inclusive quando o tema interessar às relações exteriores do País.

**69**

O Senado Federal estabeleceu, por meio de Resolução, um Código de Ética e Decoro Parlamentar. No referido instrumento normativo, consta um rol de sanções possíveis, dentre as quais, além da perda do mandato, dependente de decisão do plenário, estão:

- (A) advertência, censura, perda temporária do mandato.
- (B) suspensão (até dois anos), advertência, indisponibilidade.
- (C) censura, indisponibilidade, suspensão (até um ano).
- (D) advertência, suspensão (até seis meses), indisponibilidade.
- (E) somente advertência e censura.

**70**

Senador da República, preocupado com a defasagem das regras processuais civis, submetido o Código em vigor a sucessivas reformas, que no seu sentir, descaracterizaram o sistema científico ali adotado, incentiva grupo de juristas especializados no assunto a apresentar projeto para instituir novo Código de Processo Civil. Consoante as regras regimentais aplicáveis ao Senado. Avalie as afirmativas a seguir:

- I. Cabe às comissões permanentes o exame a matéria, sendo desnecessária a instituição de comissão temporária.
- II. Após lido o projeto de código em sessão, será designada comissão temporária, composta de onze membros para seu exame.
- III. A Presidência do Senado Federal fixará o calendário das reuniões da comissão temporária.
- IV. Após publicado o projeto no Diário do Senado, poderão ser apresentadas emendas no prazo de vinte dias.
- V. Podem tramitar simultaneamente diversos projetos de Código.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.  
(B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.  
(C) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.  
(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.  
(E) se somente as afirmativas IV e V estiverem corretas.

**71**

Após o Presidente da República remeter ao Congresso o projeto de lei orçamentária:

- I. cabe às comissões permanentes o exame da matéria, sendo desnecessária a instituição de comissão temporária;
- II. será lido o projeto em sessão conjunta, especialmente convocada, até quarenta e oito horas após a entrega;
- III. o projeto será apreciado por Comissão mista e pelas comissões permanentes;
- IV. o parecer do relator da Comissão Mista deverá fazer referência expressa ao ponto de vista expendido pela Comissão Permanente;
- V. poderão ser realizadas sessões conjuntas entre comissões permanentes do Senado e da Câmara, para discutir o orçamento.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.  
(B) se somente os itens II, III, IV e V estiverem corretos.  
(C) se somente os itens I, III e IV estiverem corretos.  
(D) se somente os itens II, IV e V estiverem corretos.  
(E) se somente os itens IV e V estiverem corretos.

**72**

O Senado Federal funciona, internamente, por Comissões Permanentes e Temporárias; cada Comissão elege o seu Presidente e o Vice-Presidente. Dentre as atribuições do Presidente figuram:

- I. assinatura do expediente;
- II. desempatar as votações;
- III. convocar reuniões extraordinárias somente a requerimento dos seus integrantes;
- IV. coordenar a votação para escolha de relatores para as matérias que devem ser analisadas;
- V. promover a publicação das atas das reuniões no Diário do Senado Federal.

Estão corretos apenas os itens:

- (A) I, II e V. (B) III, IV e V.  
(C) II, III e IV. (D) I, III e V.  
(E) I, II e III.



**73**

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A iniciativa popular em matéria de lei federal está condicionada à manifestação de pelo menos um por cento do eleitorado nacional, que deverá estar distribuído em no mínimo cinco Estados, exigida em cada um deles a manifestação de três décimos por cento de seus eleitores (Constituição, art. 61, § 2º).
- II. Os Tribunais detêm competência privativa para propor a criação de novas varas judiciárias. Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores propor a criação ou extinção dos tribunais inferiores, bem como a alteração do número de membros destes, a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, dos serviços auxiliares dos juízes que lhes forem vinculados, e a alteração da organização e da divisão judiciária (Constituição. arts. 96, I, “d”, e 96, II e alíneas).
- III. A disciplina sobre a discussão e instrução do projeto de lei é confiada, fundamentalmente, aos Regimentos das Casas Legislativas. O projeto de lei aprovado por uma casa será revisto pela outra em um só turno de discussão e votação. Não há tempo prefixado para deliberação das Câmaras, salvo quando o projeto for de iniciativa do Presidente e este formular pedido de apreciação sob regime de urgência (Constituição, art. 64, § 1º).

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**74**

A Constituição Federal estabelece que ao Senado compete o julgamento de Presidente e Vice-Presidente da República, em crimes de responsabilidade. Essa atribuição privativa do Senado possui regras regimentais, que devem ser cumpridas. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Mesa do Senado deve receber autorização da Câmara para instauração do processo.
- II. A leitura do documento ocorrerá na sessão seguinte ao recebimento, sendo eleita Comissão, composta por um quarto dos membros do Senado, de acordo com a relação de proporcionalidade das representações partidárias ou blocos parlamentares.
- III. A Comissão encerrará o seu trabalho com a entrega de libelo acusatório ao Presidente do Senado Federal.
- IV. Não estando o acusado no Distrito Federal, caberá ao Presidente do Senado solicitar sua intimação ao Presidente do Tribunal de Justiça do local onde ele estiver.
- V. Servirá de escrivão um funcionário do Supremo Tribunal Federal, por este indicado, na condição de Presidente do órgão julgador.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, II, III e IV estiverem corretas.

**75**

O Regimento Interno do Senado estabelece as regras de convivência entre maioria e minoria parlamentar. Sobre tal tema, complementado por regras do Regimento Comum, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Cabe às representações partidárias organizar os blocos parlamentares e, caso possuindo maioria absoluta, comunicar tal situação à Mesa Diretora.
- II. A minoria não pode indicar líder.
- III. As duas maiores bancadas do Senado Federal que manifestarem, em relação ao Governo, posição diversa da maioria, poderão indicar líder da minoria no Congresso Nacional.
- IV. Não alcançada a maioria absoluta de um bloco ou representação partidária, as figuras do Líder da maioria ou minoria serão substituídas pelos líderes partidários.
- V. Os blocos parlamentares no Senado devem ter, pelo menos, um décimo dos Senadores.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.

**76**

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias é examinado por comissão especial, denominada de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em relação à referida Comissão, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Trata-se de comissão temporária composta de trinta Deputados e dez Senadores.
- II. É comissão permanente, com dez Senadores titulares e dez suplentes, bem como representação da Câmara dos Deputados.
- III. Cabe à Comissão eleger um Presidente e três Vice-Presidentes dentre os seus membros.
- IV. O Presidente da Comissão sempre será um representante do Senado Federal.
- V. O Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Relator-Geral do projeto de Lei Orçamentária Anual pertencerão ao Senado Federal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas IV e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**77**

Diante da necessidade de se instituir Comissão Mista no Congresso Nacional, tal designação deve:

- (A) ser originada do Presidente do Senado Federal, mediante indicação das lideranças.
- (B) ocorrer pela Presidência de cada Casa Legislativa, por meio do Colégio de Líderes.
- (C) surgir do consenso entre os líderes e indicado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) resultar da votação, em dois turnos, por maioria simples, no plenário das duas Casas Legislativas.
- (E) ocorrer por ato privativo do Presidente do Congresso Nacional.

## 78

O Presidente da República remete projeto de lei, em regime de urgência, para regular fatos relacionados à Segurança Pública. Após o trâmite normal na Câmara dos Deputados, o projeto ingressa no Senado Federal. Consoante as normas regimentais aplicáveis, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Após leitura e distribuição às Comissões competentes, somente poderá receber emendas na primeira comissão constante do despacho, em cinco dias.
- II. O projeto será apreciado, sucessivamente, pelas comissões.
- III. As Comissões deverão apresentar pareceres até o vigésimo quinto dia contado do recebimento do projeto no Senado.
- IV. Após a votação da matéria, a redação final das emendas deverá ser apresentada em, no máximo, cinco dias, ao plenário do Senado.
- V. Não concluída a votação no prazo de até quarenta e cinco dias do recebimento do projeto, ele será incluído na Ordem do Dia e sobrestará a deliberação sobre as demais matérias, até ultimada a sua votação.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

## 79

A Constituição Federal estabelece que a União representará o Brasil nas relações internacionais. Por outro lado, também confere competência exclusiva ao Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais. Nessa linha, no âmbito do Senado, quanto à tramitação, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O ato internacional deverá ser acompanhado de cópia autenticada do texto em português e inglês, não sendo necessária mensagem de encaminhamento.
- II. O projeto será lido, publicado, distribuído em avulsos e remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- III. A Comissão receberá emendas no prazo de cinco dias a contar da distribuição dos avulsos.
- IV. Após a apresentação das emendas, deve a Comissão opinar sobre o projeto no prazo improrrogável de quinze dias.
- V. Publicado o parecer e as emendas e distribuídos os avulsos, decorrido o interstício regimental, a matéria será incluída na ordem do dia.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

## 80

No âmbito do Senado Federal, excepcionadas as votações pertinentes às emendas constitucionais, as proposições em curso devem ser apreciadas em único turno de discussão e votação. Nessa linha, analise as afirmativas a seguir:

- I. A fase de discussão somente poderá ser interrompida pela apresentação de questão de ordem.
- II. Após o anúncio da matéria a ser decidida, será dada a palavra aos oradores para a discussão.
- III. A discussão, inclusive nos projetos em regime de urgência, poderá ser adiada em caso de não manifestação de Comissão Parlamentar, que deveria ter se pronunciado sobre o tema.
- IV. É de três dias úteis o interstício entre a distribuição de avulsos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente.
- V. Sempre que for aprovado substitutivo integral a projeto de lei, ele será submetido a turno suplementar.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I, III e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

## QUESTÕES DISCURSIVAS

## Questão 1

O Presidente da República, no exercício de suas atribuições constitucionais, remete ao Congresso Nacional projeto de lei em regime de urgência, em tema educacional, tendo sido aprovado, no prazo legal, na Câmara dos Deputados. Ingressou o projeto, no Senado Federal, aos 7 de agosto de 2008, tendo sido despachado pelo Presidente do Senado Federal e remetido à Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça, onde recebeu inúmeras emendas. A seguir foi remetido às demais Comissões competentes, tendo sido lido em plenário no dia 22 de agosto do corrente ano, submetido a discussão e votação, também sofrendo inúmeras emendas. Na votação em turno único, foram aprovadas emendas ao projeto, inclusive com aumentos de despesa não previstos no projeto original e também não incluídas na proposta orçamentária em vigor. Pela proposta governamental, o projeto transformado em lei passaria a vigorar imediatamente.

**Observadas tais premissas, indique se o andamento do projeto obedeceu às regras constitucionais e regimentais, bem como se os órgãos competentes que integraram o processo legislativo estão corretamente identificados ou há algum eventualmente ausente do processo. Justifique sua resposta.**

## Questão 2

**Classifique a atual Constituição Federal quanto aos seguintes aspectos: conteúdo, forma, modo de elaboração, origem e estabilidade. Comente-os.**

Realização



F U N D A Ç Ã O  
GETULIO VARGAS

---

**FGV PROJETOS**

<http://concurso.fgv.br>